



ÁREA DO

CONCURSEIRO

SIMULADO
DIREITO CONSTITUCIONAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!



PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

1) Ao estudarmos nossa Constituição Federal, o artigo 1º nos traz a notícia que a República Federativa do Brasil constitui um Estado Democrático de Direito e possui alguns princípios. Nas alternativas abaixo assinale a opção em que NÃO consta um fundamento.

- a) soberania;
- b) cidadania;
- c) pluralismo político;
- d) defesa da paz.

RESPOSTA: “d”

Comentários: O artigo 1º da Constituição Federal prevê cinco fundamentos, quais sejam: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político, somente estes. A defesa da paz, alternativa “d” é um dos princípios previstos nas Relações Internacionais, ou seja, a relação entre o Brasil e outros países (artigo 4º, VI).

2) O artigo 2º da Constituição Federal nos informa quais são os poderes da União. De acordo com o texto que consta neste artigo assinale a alternativa correta.

- a) São Poderes da União, dependentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário;
- b) São Poderes da União, independentes e desarmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário;
- c) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário;
- d) São Poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

RESPOSTA: “c”

Comentários: A alternativa correta é o que consta no artigo 2º de Nossa Constituição. Tais poderes são independentes, pois um não é subordinado ao outro e são harmônicos pois um exerce um controle sobre o outro, por exemplo: o Legislativo fiscaliza a atuação e as contas do Executivo, o Executivo legisla quando edita Medidas Provisórias e, por fim, o Judiciário controla os outros Poderes quando suspende algum ato feito por esses poderes quando violam a Lei.

3) São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- a) o pluralismo político;
- b) garantir o desenvolvimento nacional;
- c) a defesa da paz;
- d) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

RESPOSTA: “b”

Comentários: os objetivos do Brasil estão previstos no artigo 3º da Constituição e são identificados por conter um verbo nos incisos, quais sejam: construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos. Na questão, a única alternativa que contém o verbo é a “b”, que está prevista no inciso II, deste artigo.

4) A nossa Constituição, no artigo 4º, prevê que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais por alguns princípios. Das alternativas abaixo qual NÃO consta neste conjunto ?

- a) soberania;
- b) não intervenção;
- c) igualdade entre os Estados;
- d) solução pacífica dos conflitos.

RESPOSTA: “a”.

Comentários: O artigo 4º nos traz como o Brasil se portará quando das suas relações com outros países. O Brasil respeitará a independência nacional de outros países, não interferindo sem justo motivo na soberania de outras nações. Defenderá, ainda, a prioridade e prevalência dos direitos humanos, celebrando, para tanto, Tratados Internacionais. Também não fará quaisquer imposições nos povos, sejam os Brasileiros, sejam os Estrangeiros, a não ser que tais imposições tenham motivo relevante, como por exemplo: limitação a liberdade de locomoção. O Brasil não intervirá em nenhum país, também, não tratará os países de forma desigual, devendo os outros Estados (países) serem tratados de forma igual. O Brasil sempre defenderá a paz, propondo, quando possível, a solução pacífica de conflitos internacionais. Também deve repudiar a prática de terrorismo e o racismo, para tanto, celebrará entre os países acordos internacionais prevendo punições a quem praticar atos de terrorismo e de racismo (discriminação racial).

DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

5) (TJ/SP- Magistratura-177º Concurso). O princípio da inviolabilidade da casa, segundo o qual ninguém nela pode penetrar sem o consentimento do morador, é excetuado na seguinte hipótese:

- a) para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;
- b) em caso de flagrante delito ou, em qualquer período e horário, por determinação judicial;
- c) em caso de desastre ou, em qualquer período e horário, por determinação judicial;
- d) na vigência do estado de defesa, em qualquer ponto do território nacional.

RESPOSTA: “a”.

Comentários: A questão em tela nos traz as exceções para a quebra da inviolabilidade domiciliar, previsto no artigo 5º, XI. Para lembrar, somente pode-se penetrar SEM o consentimento do morador em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou DURANTE O DIA, por determinação JUDICIAL (somente o Juiz e não outra autoridade, por exemplo, o Delegado de Polícia). Sempre é cobrado nas provas a determinação por Delegado de Polícia, o que é incorreto.

6) (TJ/SP- Magistratura- 177º Concurso). A liberdade de reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, e desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local,

- a) esta condicionada à autorização prévia da autoridade competente, caso programada para município com mais de um milhão de habitantes;
- b) independe de autorização, mas exige prévio aviso à autoridade competente;
- c) na vigência do estado de defesa, não poderá sofrer restrições caso não exercida no seio de associação profissional;
- d) na vigência do estado de sítio, poderá ser suspensa por decisão do Conselho da República e do Senado Federal.

RESPOSTA: “b”.

Comentários: A questão em comento é tratada no inciso XVI, do artigo 5º, o qual prevê que todos podem reunir-se pacificamente, SEM ARMAS, em locais abertos ao público, INDEPENDENTEMENTE de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente. No estado de defesa, nos termos do artigo 136, I, a, da Constituição Federal, o direito de reunião pode sim ser restringido, por isso a alternativa “c”, se não fosse a palavra “não”, estaria correta. ATENÇÃO AS PALAVRAS NÃO, SEMPRE, NUNCA, pois as chances de conter “pegadinhas” são grandes !

7) (TJ/SP- Magistratura- 177º Concurso) O sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas:

- a) não poderá sofrer restrições durante a vigência do estado de sítio, mas poderá sofrê-las na vigência do estado de defesa, mediante prévia autorização do Conselho da República;
- b) é inviolável, quanto à correspondência, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;
- c) não poderá sofrer restrições durante a vigência do estado de defesa, mas poderá sofrê-las durante a vigência do estado de sítio;
- d) é inviolável, quanto às comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal.

RESPOSTA: “d”

Comentário: Tal questão é tratada no inciso XII, do artigo 5º, da CF. Importante esclarecer que somente a comunicação telefônica pode ter o seu sigilo quebrado, por ordem judicial. Por isso, a alternativa “b” não é a correta. Nos estados de defesa e de sítio a inviolabilidade pode ser restringida sim, por isso as alternativas “a” e “c” são erradas.

8) (OAB/SP- 124º). A inviolabilidade de domicílio, assegurada pelo artigo 5º, XI, da Constituição Federal

- a) pode ser suprimida por emenda à Constituição;
- b) pode sofrer restrição na vigência do estado de defesa, que permite a busca e a apreensão em domicílio, sem autorização judicial;
- c) prevê a possibilidade de ingresso em domicílio, a qualquer tempo, mediante ordem judicial;
- d) prevê a possibilidade de ingresso em domicílio para prestação de socorro.

RESPOSTA: “d”

Comentários: Conforme já explicamos anteriormente, uma das exceções a inviolabilidade de domicílio é a possibilidade de prestação de socorro. As outras alternativas estão incorretas pois esta inviolabilidade não pode ser suprimida por emenda à constituição, no estado de defesa não pode sofrer restrição, conforme prevê o artigo 136 da Constituição Federal e, por fim, por ordem judicial somente pode ser permitido do ingresso durante o dia.

9) (Exord) Segundo a Constituição Federal de 88, não haverá pena:

- a) de morte, salvo decretado o estado de defesa;
- b) de morte, salvo decretado o estado de sítio;
- c) de banimento;
- d) de banimento, salvo decretado o estado de sítio.

RESPOSTA: c”

Comentários: A questão em estudo nos traz o inciso XLVII, “a”, da CF, pois ao verificarmos tal inciso, veremos que a Constituição não permite a pena de morte, salvo em caso de guerra externa declarada pelo Presidente da República. Portanto, as alternativas “a” e “b” são incorretas. A pena de banimento, que é a expulsão de cidadãos brasileiros como aconteceu na época da Ditadura Militar é expressamente proibida, mesmo em caso de guerra.

10) (OAB/DF- ago/04). Constitucionalmente, proíbe-se de modo absoluto a pena de

- a) perdimento de bens;
- b) morte;
- c) multa
- d) banimento.

RESPOSTA: “d”

Comentários: A pena de perdimento de bens é prevista e autorizada, conforme inciso XLVI, “b”. Já a pena de multa é prevista na alínea (letra) “c” deste inciso. A pena de morte é aceita somente em caso de guerra. (cuidado, pois em muitas provas o final do inciso XLVII é suprimido, induzindo em erro o candidato: a pena de morte é prevista, somente em caso de guerra declarada. Já a pena de banimento, conforme já explicamos, não pode se aplicado de modo absoluto.